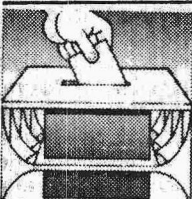


Licença não está nos planos dos candidatos

Presidenciáveis pretendem continuar campanha pelo País e comparecer só às vezes ao Congresso



Os deputados e senadores candidatos a presidente da República não parecem preocupados com suas constantes faltas ao Congresso. Quase todos nem pensam em se licenciar para continuar a campanha presidencial livre de outras obrigações e deixar vaga a cadeira para os suplentes. Ulysses Guimarães (PMDB) discorda da acusação de estar ganhando vencimentos sem trabalhar, ou seja, sem comparecer ao plenário. Para ele, ao reunir-se com correligionários ou setores representativos da sociedade para debater idéias e problemas nacionais, o candidato está também trabalhando. "Está", destacou, "divulgando o trabalho do Congresso e colhendo sugestões que podem ser transformadas em projetos de lei".

A bancada federal do PT chegou a decisão comum e clara: pelo menos até o final do mês, o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do partido, manterá a atividade dupla — se bem que, desde que expirou sua licença de um mês, ele mal tenha aparecido na Câmara. Apesar das dificuldades que Lula encontra em conciliar sua agenda de compromissos de campanha com as sessões em Brasília, há no PT a tendência de nem querer mencionar a possibilidade de licenciamento.

Lula usaria a tribuna da Câmara nestes seis meses que antecedem a eleição para fazer discursos de repercussão nacional.

Ainda assim o suplente de Lula, Heródoto Barbeiro, toma providências para o caso de precisar substituir o deputado, e hoje tem reunião com a direção do PT em São Paulo.

Ao contrário do suplente de Lula, o de Afif Domingos (PL), Armando Pinheiro (PTB), não parece muito disposto a substituí-lo. "Não sei se quero assumir o mandato. Estou decepcionado com a política", afirmou ontem em São Paulo. E, pela atitude do candidato Afif Domingos, Pinheiro não assumirá tão cedo. O liberal diz ter trocado "a tribuna da Câmara pelas praças e campos" e garante estar "trabalhando muito mais". A Câmara, confessou ele, só comparece "quando a liderança do partido avisa que há necessidade de quórum". Afif é dos poucos que acena com o licenciamento, distante mas com data determinada: 4 de julho — depois da convenção do PL, que o transformará em candidato oficial do partido à Presidência da República.

O maior ausente do plenário do Senado é mesmo o senador Mário Covas, cuja candidatura pelo PSDB já o levou a praticamente todo o País. Quando está em Brasília, normalmente Covas comparece às votações no plenário, mas essas ocasiões têm sido raras nos últimos três meses. Ouvido ontem por telefone de Garanhuns (cidade natal de seu adversário Lula, em Pernambuco), Covas se recusou a comentar a reportagem de ontem do Estado sobre as faltas dos presidenciáveis. "Só opinarei sobre o assunto quando voltar a

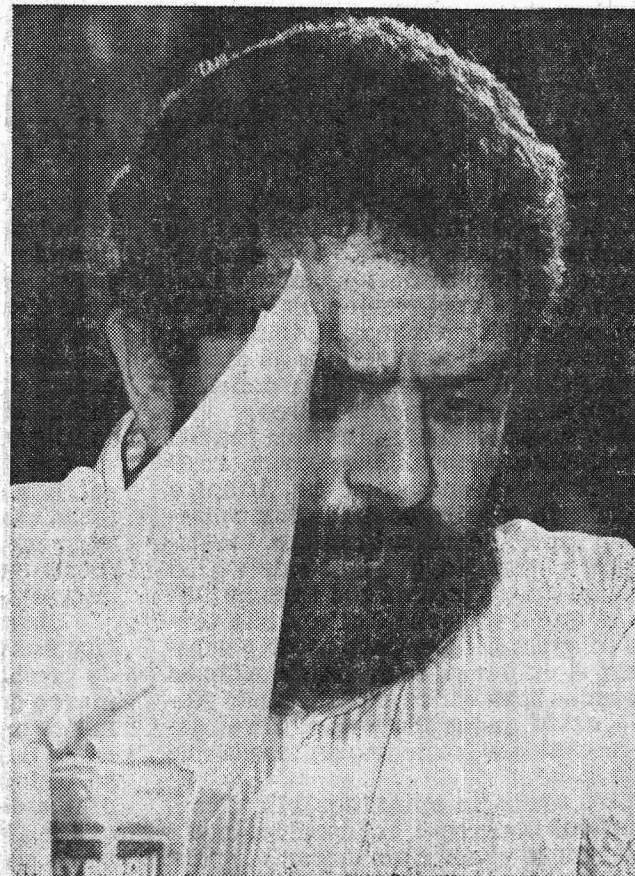
Brasília e ler a matéria", disse o senador.

QUESTÃO DE ÉTICA

O presidenciável que costumava manter a assiduidade na Câmara era Marco Maciel. Mas, desde a convenção de seu partido de 9 de abril, ausentou-se de Brasília para seguir o exemplo de Covas — uma verdadeira maratona que já o levou a 20 Estados brasileiros, até ontem, quando esteve em São Paulo. Seu objetivo, por enquanto, é diferente do do senador paulista: Maciel quer convencer os filiados do PFL a votar nele nas prévias do PFL que indicarão o candidato à sucessão do presidente Sarney.

O jurista Tito Costa é definitivo em relação à polêmica sobre ser ou não correto faltar às sessões do Congresso. Ele acha que, desde o momento em que a legislação eleitoral concede licença ao funcionário público escolhido candidato a qualquer cargo eletivo, é mais que obrigação de senadores e deputados se licenciar. "Até por uma questão de ética", completa Tito Costa, também suplente de deputado federal.

O primeiro-secretário do Senado, Mendes Canale (PMDB-MS), chegou ontem a Brasília e prometeu examinar as ausências dos senadores às sessões. "Vou tomar pé da situação, para depois falar", comentou. O regimento do Senado impõe o desconto dos dias não trabalhados. O senador João Lobo apresentou requerimento à Mesa pedindo a revisão do procedimento de descontar dias faltados. O contracheque de abril de Lobo veio com NCz\$ 570 a menos — faltas no mês de fevereiro.



Luiz Prado/AE - 25/4/89

Lula: bancada quer atividade dupla



Michele Mifano/AE - 21/4/89

Afif: da tribuna às praças públicas